

CONCORRÊNCIA CO SMDE Nº [•]/2025

CONCESSÃO DE USO DA ÁREA DA CONCESSÃO, SITUADA NO PARQUE OLÍMPICO, PARA FINS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO, E A OPERAÇÃO DO MUSEU OLÍMPICO.

ANEXO C – PENALIDADES



CCPar

PENALIDADES

1. Disposições Gerais

1.1. O presente ANEXO, em complemento ao CAPÍTULO VI e CAPÍTULO IX do CONTRATO, regra as penalidades aplicáveis no âmbito da CONCESSÃO, isolada ou concomitantemente, pelo descumprimento, total ou parcial, do CONTRATO e de seus ANEXOS, bem como da legislação e regulamentação aplicáveis.

1.2. A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO não prejudica a incidência de outras sanções previstas no EDITAL, no CONTRATO e demais ANEXOS, na legislação e regulamentação aplicáveis, tampouco exclui as responsabilidades civil e penal da CONCESSIONÁRIA, permanecendo a obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração Pública, nos termos do art. 156, §2º, da LEI DE LICITAÇÕES e do art. 7º, §2º, do Decreto Municipal nº 51.635/2022.

1.3. Quando as infrações estiverem expressamente descritas e tipificadas na MATRIZ DE PENALIDADES, constante desde ANEXO, sua aplicação observará a proporcionalidade entre a gravidade da conduta e a penalidade correlata, consideradas as circunstâncias de atenuantes e agravantes.

1.4. No caso de uma conduta constituir mais de uma infração prevista neste ANEXO, prevalecerá o princípio da especialidade, aplicando-se a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.

1.5. Não será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA quando a infração decorrer de FORÇA MAIOR, CASO FORTUITO ou inexigibilidade de conduta diversa, desde que o evento seja a causa direta e imediata do descumprimento em que a CONCESSIONÁRIA demonstre ter adotado todas as medidas diligentes ao seu alcance, nos termos da legislação civil.

1.5.1. Se identificado que a infração teria ocorrido, ainda que hipoteticamente não se verificasse o evento de FORÇA MAIOR e/ou CASO FORTUITO, será aplicável penalidade à CONCESSIONÁRIA.

1.5.2. Para os fins de aplicação das penalidades, considera-se:

- i. FORÇA MAIOR e CASO FORTUITO: o evento assim definido na forma da lei civil e que seja causa direta e imediata de uma infração no âmbito do CONTRATO;

- ii. Inexigibilidade de conduta diversa: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa da CONCESSIONÁRIA, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.

1.6. A aplicação das penalidades deverá sempre observar o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal, do art. 156, §1º, da LEI DE LICITAÇÕES e dos art. 7º do Decreto Municipal nº 51.635/2022.

1.7. As penalidades aplicadas deverão ser registradas em cadastros oficiais de apenados, inclusive no CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e no CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), nos termos do art. 161 da LEI DE LICITAÇÕES e do art. 30 do Decreto nº 51.635/2022, sem prejuízo das comunicações ao âmbito municipal.

1.8. A CONCESSIONÁRIA poderá pleitear a reabilitação após o cumprimento do prazo e das condições fixadas em lei, especialmente a reparação integral do dano, nos termos do art. 163 da LEI DE LICITAÇÕES e dos arts. 39 e seguintes do Decreto Municipal nº 51.635/2022.

2. Das Sanções Administrativas

2.1. O não cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações previstas no CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como das normas da legislação e regulamentação aplicáveis, ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste ANEXO, de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, observados os procedimentos e garantias fixados nas Cláusulas 29ª e 30ª do CONTRATO.

2.1.1. Considera-se caracterizada a infração quando verificado descumprimento de obrigação contratual ou regulatória, padrão mínimo, indicador, frequência de manutenção ou prazo, ou quando ocorrer fato que gere risco relevante à segurança de pessoas, ao meio ambiente, à integridade dos bens ou à continuidade da CONCESSÃO, sem prejuízo do disposto nos itens 2.3, 2.5, 2.7 e 2.9.

2.2. A gradação das penalidades a que está sujeita a CONCESSIONÁRIA observará a natureza e a gravidade da infração cometida, que variará conforme as seguintes categorias:

- a) leve;
- b) média;

- c) grave; e
- d) gravíssima.

2.3. A infração será considerada leve quando decorrer de conduta praticada pela CONCESSIONÁRIA cujo potencial de dano não impacte diretamente o OBJETO da concessão, configurando irregularidade de pequena gravidade e passível de correção imediata.

2.3.1. As infrações leves serão apuradas, em regra, por meio de Aviso de Verificação de Inconformidade (AVI) ou Notificação Preliminar de Inconformidade (NPI), nos termos da Cláusula 30ª do CONTRATO.

2.3.2. Nesses casos, poderá ser celebrado Termo de Ajustamento Operacional (TAO), desde que a inconformidade seja sanável e haja colaboração da CONCESSIONÁRIA para a sua correção.

2.3.3. O descumprimento injustificado do TAO ou a reincidência na mesma conduta caracterizadora de infração leve ensejará a instauração do processo sancionador formal mediante lavratura de Auto de Infração, observados os procedimentos previstos no CONTRATO

2.4. O cometimento de infração de natureza leve ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; ou
- b) multa, em caso de reincidência em uma mesma conduta que caracterize infração leve, dentro do período de 04 (quatro) meses consecutivos, no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do VALOR DO CONTRATO, conforme a Base de Cálculo utilizada.

2.5. A infração será considerada média quando decorrer de conduta praticada pela CONCESSIONÁRIA cujo potencial de dano impacte diretamente o OBJETO da concessão, sem, contudo, comprometer de forma imediata a sua continuidade ou causar prejuízo irreversível ao PODER CONCEDENTE.

2.5.1. As infrações médias serão apuradas, em regra, por meio de Aviso de Verificação de Inconformidade (AVI) ou Notificação Preliminar de Inconformidade (NPI), nos termos da Cláusula 30ª do CONTRATO.

2.5.2. Nesses casos, poderá ser celebrado Termo de Ajustamento Operacional (TAO), desde que a inconformidade seja sanável e a CONCESSIONÁRIA colabore para a sua correção.

2.5.3. O descumprimento do TAO ou a reincidência em conduta caracterizadora de infração média ensejará a lavratura imediata de Auto de Infração e a instauração do processo sancionador formal.

2.6. O cometimento de infração de natureza média ensejará a aplicação de multa no valor de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) a 3% (três inteiros por cento) do VALOR DO CONTRATO, conforme a Base de Cálculo utilizada, além da determinação da adoção de medidas necessárias de correção.

2.7. A infração será considerada grave quando decorrer de conduta praticada pela CONCESSIONÁRIA que implique prejuízo econômico relevante ao PODER CONCEDENTE ou risco significativo à adequada execução do OBJETO da concessão.

2.7.1. As infrações graves não se submetem ao procedimento prévio de AVI ou NPI, devendo a apuração ser iniciada, desde logo, mediante lavratura de Auto de Infração, conforme disposto na Cláusula 30ª do CONTRATO.

2.7.2. Nas infrações graves, a apuração terá início, obrigatoriamente, com a lavratura do Auto de Infração, afastada a utilização de instrumentos preliminares como AVI, NPI ou TAO, em razão da gravidade da conduta.

2.8. O cometimento de infração grave ensejará a aplicação, de maneira isolada ou concomitante, das seguintes penalidades:

- a)** multa no valor de 3% (três inteiros por cento) a 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) do VALOR DO CONTRATO, conforme Base de Cálculo utilizada;
- b)** suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimentos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em caso de reincidência de aplicação de multa de natureza grave, dentro do período de 4 (quatro) meses consecutivos.

2.9. A infração será considerada gravíssima quando constatado que a conduta da CONCESSIONÁRIA produz consequências de grande lesividade ao interesse público, prejudicando o meio ambiente, o erário ou a própria continuidade do OBJETO.

2.9.1. Nessas hipóteses, não haverá processamento de AVI ou NPI, nem possibilidade de celebração do TAO, sendo obrigatória a lavratura imediata de auto de infração.

2.10. O cometimento de infração gravíssima ensejará a aplicação de maneira isolada ou concomitante das seguintes penalidades:

- a)** multa no valor de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) a 6% (seis inteiros por cento) do VALOR DO CONTRATO, conforme a Base de Cálculo utilizada;
- b)** suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em caso de reincidência de aplicação de multa de natureza gravíssima, dentro do período de 2 (dois) meses consecutivos; e/ou
- c)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na subcláusula anterior.

2.11. A aplicação de 3 (três) advertências à CONCESSIONÁRIA, que tratem de 3 (três) diferentes condutas, dentro do período de um mês, ensejará a penalidade de multa de 5% do VALOR DO CONTRATO.

2.11.1. A repetição da mesma irregularidade dentro do período de controle previsto na MATRIZ DE PENALIDADES eleva a gravidade e poderá dispensar nova notificação prévia, observado o rito da CLÁUSULA 32 do CONTRATO.

2.12. Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nas subcláusulas anteriores, a reiteração, no tempo, do inadimplemento contratual pela CONCESSIONÁRIA conferirá ao PODER CONCEDENTE a prerrogativa de cominar multa moratória, observados os seguintes intervalos:

- a)** no mínimo 0,1% (um décimo por cento) e no máximo 0,2% (dois décimos por cento) da VALOR DO CONTRATO, por dia, até a efetiva regularização da situação que caracterize infração de natureza leve ou média; e
- b)** no mínimo 0,4% (quatro décimos por cento) e no máximo 0,8% (oito décimos por cento) da VALOR DO CONTRATO, por dia, até a efetiva regularização da situação que caracterize infração de natureza grave ou gravíssima.

2.13. As infrações que demandarem a lavratura de Auto de Infração serão formalmente apuradas em processo administrativo sancionador, instaurado e instruído pela ENTIDADE GESTORA, com registro dos fatos, análise das justificativas apresentadas e emissão de relatório conclusivo.

2.14. O processo sancionador observará, em todas as etapas, as garantias do contraditório e da ampla defesa, assegurando à CONCESSIONÁRIA prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia, nos termos da Cláusula 30ª do CONTRATO.

2.15. A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO constitui competência exclusiva do PODER CONCEDENTE, que decidirá mediante ato administrativo motivado, considerando a gravidade da infração, as circunstâncias atenuantes e agravantes, a reincidência e o histórico de cumprimento contratual da CONCESSIONÁRIA, com suporte técnico da instrução realizada pela ENTIDADE GESTORA.

3. Da Matriz de Penalidades

3.1. Para as seguintes infrações, a aplicação da sanção de multa seguirá as categorias de incidência na MATRIZ DE PENALIDADES abaixo:

	Ocorrência	Categoria	Incidência	Base de Cálculo
1	Não adotar Livro de Ordem referente a obras e serviços de engenharia e arquitetura, nos termos da legislação do sistema CONFEA/CREA	LEVE	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
2	Não adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta (compliance)	LEVE	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
3	Não utilizar, nos 36 (trinta e seis) meses subsequentes ao encerramento do respectivo período de apuração da receita operacional bruta da CONCESSIONÁRIA, o valor segregado conforme subcláusula 11.2, salvo se a não utilização decorrer de fato não imputável à CONCESSIONÁRIA.	LEVE	Por mês de atraso	VALOR DO CONTRATO
4	Não apresentar anualmente as demonstrações financeiras auditadas da CONCESSIONÁRIA.	MÉDIA	Por dia de atraso	VALOR DO CONTRATO
5	Não publicar suas demonstrações financeiras, nos termos do que prevê a Lei nº 6.404/1976 e a Lei nº 8.987/1995.	MÉDIA	Por dia de atraso	VALOR DO CONTRATO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Rua Sacadura Cabral, 133 – Saúde
20081-261 – Rio de Janeiro, RJ

	Ocorrência	Categoria	Incidência	Base de Cálculo
6	Deixar de apresentar os planos e relatórios nos prazos determinados no CONTRATO e em seus ANEXOS (por projeto, plano ou relatório não apresentado), por culpa da concessionária.	MÉDIA	Por mês até a entrega do plano ou relatório atrasado	VALOR DO CONTRATO
7	Deixar de informar o PODER CONCEDENTE sobre evento ou situação que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da execução do OBJETO, ou que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO, na forma prevista no CONTRATO.	MÉDIA	Por evento ou situação não informada	VALOR DO CONTRATO
8	Deixar de informar o PODER CONCEDENTE, no prazo estipulado, sobre circunstância ou ocorrência que, constituindo motivo de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, impeça ou venha a impedir a normal execução do OBJETO.	MÉDIA	Por circunstância ou ocorrência não informada	VALOR DO CONTRATO
9	Deixar de arquivar as informações sobre os serviços e atividades executados durante a vigência da CONCESSÃO, quando assim estabelecido pelo CONTRATO ou pelas normas aplicáveis.	MÉDIA	Por informação não arquivada ou por negativa de acesso	VALOR DO CONTRATO
10	Não permitir o livre acesso ao PODER CONCEDENTE às informações sobre os serviços e atividades da CONCESSÃO, seja por falta de arquivamento das informações ou por negativa de acesso.	MÉDIA	Por informação não arquivada ou por negativa de acesso	VALOR DO CONTRATO
11	Deixar de registrar ou atualizar, quando couber, o inventário dos BENS REVERSÍVEIS.	MÉDIA	Por ocorrência – bem(ns) faltante(s) ou não atualizado(s) no inventário	VALOR DO CONTRATO
12	Deixar acumular na ÁREA DA CONCESSÃO entulhos, sobras e demais materiais inservíveis.	MÉDIA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
13	Não destinar ou realizar triagem, transporte, armazenagem, descarte e/ou aproveitamento da sucata e dos resíduos eventualmente originados na CONCESSÃO, inclusive aqueles decorrentes da logística reversa.	MÉDIA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Rua Sacadura Cabral, 133 – Saúde
20081-261 – Rio de Janeiro, RJ

	Ocorrência	Categoria	Incidência	Base de Cálculo
14	Deixar de reparar, após solicitação e no prazo fixado pelo PODER CONCEDENTE, vícios aparentes e/ou ocultos/estruturais na ÁREA DA CONCESSÃO, conforme previsto no CONTRATO e de seus ANEXOS.	MÉDIA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
15	Deixar de informar o PODER CONCEDENTE caso quaisquer licenças, permissões ou autorizações para a plena execução do OBJETO forem retiradas, revogadas ou caducarem, conforme previsto no CONTRATO.	MÉDIA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
16	Deixar de apresentar, ao PODER CONCEDENTE, os comprovantes de recolhimento das contribuições sociais e previdenciárias (FGTS, INSS, PIS e COFINS) referentes à CONCESSÃO e aos empregados envolvidos na execução do OBJETO.	MÉDIA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
17	Deixar de apresentar ao PODER CONCEDENTE a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, e/ou Registro de Responsabilidade Técnico – IRT, quando solicitado, nos termos previsto no CONTRATO e seus ANEXOS.	MÉDIA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
18	Deixar de comunicar imediatamente o PODER CONCEDENTE, de adotar as medidas legais cabíveis ou acionamento dos órgãos competentes, na hipótese de turbação da sua posse sobre a ÁREA DA CONCESSÃO.	MÉDIA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
19	Deixar de realizar a manutenção de todas as instalações civis, elétricas e hidráulicas, equipamentos mecânicos e eletromecânicos, cobertura, mobiliários, de pinturas, de comunicação visual, de utilitários de jardinagem e demais itens e instalações necessários, conforme especificado no CONTRATO e seus ANEXOS.	MÉDIA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
20	Não cumprir as Normas Técnicas de regência dos projetos, obras e serviços a serem realizados como INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, conforme previsto no CONTRATO.	MÉDIA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Rua Sacadura Cabral, 133 – Saúde
20081-261 – Rio de Janeiro, RJ

	Ocorrência	Categoria	Incidência	Base de Cálculo
21	Não apuração e segregação dos valores estipulados na aplicação e execução dos ENCARGOS ACESSÓRIOS.	MÉDIA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
22	Não realizar pesquisa de satisfação junto aos USUÁRIOS.	MÉDIA	Por pesquisa não realizada.	VALOR DO CONTRATO
23	Não cumprir integralmente o Termo de Ajustamento Operacional (TAO) lavrado em decorrência da aprovação do plano de ação cunhado pela CONCESSIONÁRIA pela ENTIDADE GESTORA.	GRAVE	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
24	Deixar de cumprir as obrigações junto ao Ministério do Trabalho, incluindo a matrícula da obra junto ao Cadastro Específico do INSS, bem como os programas de segurança do trabalho obrigatórios	GRAVE	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
25	Não comunicar imediatamente ao PODER CONCEDENTE de quaisquer achados ou descobertas arqueológicas, na ÁREA DA CONCESSÃO, conforme previsto no CONTRATO.	GRAVE	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
26	Não observar as disposições contratuais atinentes ao licenciamento ambiental.	GRAVE	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
27	Colocar em risco os USUÁRIOS, por negligência na reparação de vícios aparentes na ÁREA DA CONCESSÃO ou ocultos/estruturais em estruturas adjacentes ou sobrepostas à ÁREA DA CONCESSÃO, conforme previsto no CONTRATO e de seus ANEXOS.	GRAVE	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
28	Não permitir o acesso do PODER CONCEDENTE aos equipamentos e às instalações atinentes ao OBJETO, bem como os registros contábeis, dados e informações operacionais, seus e de suas subcontratadas.	GRAVE	Por ocorrência - negativa de acesso.	VALOR DO CONTRATO
29	Não contratação ou não manutenção em vigor, durante todo o prazo da CONCESSÃO, de seguro obrigatório, de acordo com o disposto neste CONTRATO; deixando de entregar ao PODER CONCEDENTE cópia das apólices de seguro e comprovantes de pagamento de prêmios, bem como das suas eventuais renovações.	GRAVE	Por mês sem seguro obrigatório	VALOR DO CONTRATO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Rua Sacadura Cabral, 133 – Saúde
20081-261 – Rio de Janeiro, RJ

	Ocorrência	Categoria	Incidência	Base de Cálculo
30	Não renovar a contratação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, ou a sua manutenção em desacordo com as obrigações previstas no CONTRATO.	GRAVE	Por dia de atraso	VALOR DO CONTRATO
31	Deixar de manter, durante o prazo do CONTRATO, os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica previstos no EDITAL.	GRAVE	Por mês de atraso	VALOR DO CONTRATO
32	Perder, danificar ou permitir que danifiquem qualquer item do acervo do MUSEU OLÍMPICO.	GRAVE	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
33	Qualquer atitude comissiva ou omissiva que impeça ou dificulte o exercício da fiscalização por parte do PODER CONCEDENTE e/ou do AGENTES da ENTIDADE GESTORA.	GRAVÍSSIMA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
34	Não integralização do capital social de acordo com o disposto no CONTRATO.	GRAVÍSSIMA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
35	Redução do capital social da SPE em valor inferior ao mínimo estabelecido neste CONTRATO.	GRAVÍSSIMA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
36	Conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas e/ou PARTES RELACIONADAS, ressalvadas as hipóteses expressamente admitidas neste CONTRATO.	GRAVÍSSIMA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
37	Prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas PARTES RELACIONADAS e/ou terceiros, ressalvadas as hipóteses expressamente admitidas neste CONTRATO.	GRAVÍSSIMA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
38	Restringir indevida e/ou injustificadamente acesso de USUÁRIOS ou funcionários na ÁREA DA CONCESSÃO.	GRAVÍSSIMA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
39	Firmar contratos para explorar espaços na ÁREA DA CONCESSÃO após o advento do término do prazo de vigência da CONCESSÃO ou com vigência que ultrapasse o prazo de vigência da CONCESSÃO, salvo em caso de expresse acordo e autorização do PODER CONCEDENTE.	GRAVÍSSIMA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO

	Ocorrência	Categoria	Incidência	Base de Cálculo
40	Não apresentar o Certificado de Aprovação (CA), quando solicitado, para as edificações e estruturas aplicáveis na ÁREA DA CONCESSÃO.	GRAVÍSSIMA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO
41	Não apresentar o Certificado de Aprovação (CA), quando solicitado, para as edificações e estruturas aplicáveis na ÁREA DA CONCESSÃO.	GRAVÍSSIMA	Por ocorrência	VALOR DO CONTRATO

3.2. Para infrações não previstas na MATRIZ DE PENALIDADES, o valor da multa terá como Base de Cálculo o VALOR DO CONTRATO, observado o rito procedimental disciplinado nas Cláusulas 29ª e 30ª do CONTRATO.

3.3. A aplicação das sanções previstas na MATRIZ DE PENALIDADES dependerá da respectiva conduta no âmbito do processo administrativo sancionador instaurado para tal finalidade, prescindindo de advertência prévia ou reincidência, salvo nos casos em que a gradação expressamente o exigir.

3.4. Nas hipóteses em que as condutas já estejam descritas e tipificadas na MATRIZ DE PENALIDADES, os limites das multas respectivas já foram fixados de forma a guardar proporcionalidade à correlata infração.

3.5. As condutas não previstas na MATRIZ DE PENALIDADES deverão ser enquadradas conforme os parâmetros previstos nas subcláusulas 2.3.1, 1.1, 2.7 e 2.9, observando, em qualquer hipótese, o devido processo administrativo sancionador e os critérios de proporcionalidade e razoabilidade..

3.6. O PODER CONCEDENTE, com suporte técnico da ENTIDADE GESTORA, definirá a categoria da infração e a dosimetria da penalidade a partir das circunstâncias do caso concreto, levando em consideração, de maneira motivada, a gravidade da falta, a extensão do dano, o número de USUÁRIOS atingidos, o período de duração da irregularidade, vantagem auferida, a reincidência, e o grau de culpa

3.7. A ENTIDADE GESTORA poderá, observados os limites estipulados no CONTRATO e neste ANEXO, discricionariamente e de forma motivada:

- i. reduzir a multa dentro dos limites estipulados na LEI DE LICITAÇÕES;

- ii. converter a multa em advertência apenas para infrações leves ou médias, quando presentes simultaneamente: (a) ausência de dolo e de culpa grave; (b) baixo impacto efetivo e rápida cessação; e (c) reparação integral do dano, se existente;
- iii. substituir a aplicação imediata da multa por Termo de Ajustamento Operacional (TAO), com metas e prazos, sem prejuízo da multa caso o TAO seja descumprido.

3.7.1. Veda-se modulação benéfica nas hipóteses de fraude, dolo, obstrução da fiscalização, reincidência qualificada ou risco relevante à segurança/ao meio ambiente

3.8. A prática de qualquer infração não poderá, em nenhuma hipótese, ensejar enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA, devendo o PODER CONCEDENTE assegurar a restituição ou neutralização, de toda e qualquer vantagem obtida com a infração, podendo, para tanto, executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATO e/ou recorrer às medidas administrativas e judiciais cabíveis.

3.9. Sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas no ANEXO, a prática de infração grave ou gravíssima poderá acarretar a declaração de caducidade da CONCESSÃO, nos termos da legislação aplicável e das disposições contratuais.

3.10. A penalidade prevista no inciso III e IV do art. 156 da LEI DE LICITAÇÕES, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, produzem efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, de todos os entes federativos.

3.11. As penalidades referidas na subcláusula anterior poderão, ainda, alcançar a CONTROLADORA da CONCESSIONÁRIA, desde que comprovada a sua concorrência para a prática dos ilícitos que ensejaram a aplicação das respectivas penalidades, em conformidade com o §4º do art. 156 da LEI DE LICITAÇÕES.

3.12. Todos os valores de multas previstos neste ANEXO serão atualizados pelo ÍNDICE DE REAJUSTE definido no CONTRATO, até a data de seu efetivo pagamento.